

DE VOLTA À MESA: BRASIL FORA DO MAPA DA FOME



FOTOS MDS

Sob Lula, Brasil sai do Mapa da Fome pela segunda vez. Com menos de 2,5% da população em subnutrição, governo tira 24 milhões da insegurança alimentar e cumpre compromisso central assumido ainda na campanha.

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 29 de julho de 2025 Nº 200

Brasil deixa o Mapa da Fome pela segunda vez sob Lula, diz ONU

“Sou o homem mais feliz do mundo”, diz Lula ao celebrar saída do Mapa da Fome

STF encerra interrogatórios sobre trama golpista com destaque para grupo Kid Preto

“Trabalho para que não haja diálogo”: os esforços de Eduardo Bolsonaro contra o Brasil

»» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPÁ

▶ ACOMPANHE :  /FundacaoPerseuAbramo



focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára-
be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,
Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



Erradicação

Sob Lula, o Brasil volta a sair do Mapa da Fome após mais de uma década de retrocessos. Políticas públicas, investimentos em segurança alimentar e programas sociais recolocam o combate à fome como prioridade do Estado e compromisso de governo.. **pág. 04**

CAPA

Brasil deixa o Mapa da Fome pela segunda vez sob Lula, diz ONU

pág. 04

“Sou o homem mais feliz do mundo”, diz Lula ao celebrar saída do Mapa da Fome com a FAO

pág. 06

BRASIL

Governo acelera ressarcimento a vítimas de descontos indevidos no INSS

pág. 08

Lula veta redução de pena para lavagem de dinheiro e reforça combate ao crime

pág. 10

“As cotas mudaram o Brasil universitário”, afirma socióloga;

estudo aponta que negros e pobres já são maioria nas universidades públicas

pág. 11

ECONOMIA

Lula sanciona lei que devolve impostos a pequenos exportadores

pág. 13

POLÍTICA

STF encerra interrogatórios sobre trama golpista com destaque para grupo Kid Preto

pág. 14

“Trabalho para que não haja diálogo”: os esforços de Eduardo Bolsonaro contra o Brasil nos EUA

pág. 15

PT

Focus Brasil chega à edição 200 reafirmando compromisso com a informação

pág. 16

Debate reúne especialistas e dirigentes do PT para discutir chacinas e política de drogas

pág. 17

CULTURA

Ligiana Costa e as vozes que o tempo tentou calar

pág. 18

SEMANA NO MUNDO

Da condenação de Uribe a acordos polêmicos entre EUA e União Europeia

pág. 24



Brasil deixa o Mapa da Fome pela segunda vez sob Lula, diz ONU

De volta à mesa: com menos de 2,5% da população em subnutrição, país cumpre meta antes do previsto; em dois anos, 24 milhões saíram da insegurança alimentar

Redação Focus Brasil

É a segunda vez na história que o Brasil sai do Mapa da Fome pelas mãos de um mesmo presidente. Vinte anos depois de colocar o combate à fome no centro da política nacional, Luiz Inácio Lula da Silva vê novamente o país deixar a lista da ONU de nações com subalimentação crônica.

O relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional

no Mundo 2025”, divulgado pela FAO nesta segunda-feira (28), confirma: com menos de 2,5% da população em situação de subnutrição, o Brasil está fora do Mapa da Fome. A meta, que constava no programa de governo de Lula, foi atingida dois anos antes do previsto.

Promessa cumprida: tirar o Brasil da fome

O dado, calculado com base na média dos anos de 2022 a 2024, revela um esforço intenso de re-

construção institucional e combate à miséria. Em apenas dois anos, o país conseguiu reverter um dos legados mais dramáticos do bolsonarismo: a volta da fome em massa.

A insegurança alimentar grave, que atingia mais de 33 milhões de brasileiros em 2021, recuou a patamares históricos. Foram retiradas da fome cerca de 24 milhões de pessoas até o fim de 2023.

Segundo a FAO, estar no Mapa da Fome significa ter mais de 2,5% da população em subalimentação crônica, ou seja, sem acesso regu-



lar a calorias mínimas para uma vida saudável.

O Brasil havia deixado essa lista em 2014, ao final do ciclo de expansão das políticas sociais inauguradas por Lula e mantidas por Dilma Rousseff. Voltou em 2021, sob o impacto do desmonte de programas sociais, dos cortes de orçamento e da gestão negacionista durante a pandemia. Com o retorno da fome e a explosão da pobreza extrema, o país viu retroceder conquistas que haviam se tornado referência mundial.

A reconstrução como resposta

Em seu terceiro mandato, Lula colocou a fome novamente como prioridade nacional. Criou o Plano Brasil Sem Fome, restaurou o Bolsa Família, ampliou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e promoveu ações interministeriais voltadas à segurança alimentar, ao combate à desigualdade e à geração de renda.

A atuação conjunta dos ministérios garantiu foco na equidade

**“Hoje sou
o homem
mais feliz
do mundo”,
disse Lula após o anúncio
da FAO sobre a saída do
Brasil do Mapa da Fome.**

de gênero, com políticas voltadas a mulheres rurais, comunidades tradicionais e famílias em situação de vulnerabilidade.

O impacto foi imediato. Em 2024, o desemprego caiu a 6,6%, a menor taxa desde 2012, e a renda dos 10% mais pobres cresceu 10,7%, ritmo 50% superior ao dos 10% mais ricos. A classe média, pela primeira vez em anos, voltou a crescer, atingindo 52% da popu-

lação. O índice de Gini, que mede a desigualdade, caiu para 0,506, o menor da série histórica. O Brasil também bateu recorde de rendimento domiciliar per capita, que alcançou R\$ 2.020.

Programas como o CadÚnico e o Bolsa Família foram decisivos: 98,8% das 1,7 milhão de vagas de trabalho com carteira assinada em 2024 foram preenchidas por pessoas inscritas nos programas sociais, das quais 75,5% eram beneficiárias do Bolsa Família.

Em julho de 2025, cerca de 1 milhão de famílias deixaram de precisar do programa, evidência de que a inclusão produtiva e a retomada do emprego estão surtindo efeito real na vida das pessoas.

A marca de Lula e o papel do Estado

Ao celebrar a conquista com o diretor-geral da FAO, Qu Dongyu, Lula afirmou: “Hoje sou o homem mais feliz do mundo. E quero ser um soldado mundial no combate à fome e à pobreza”. Em setembro de 2024, o presidente recebeu o Prêmio Goalkeepers, da Fundação Bill e Melinda Gates, por seu histórico de combate à fome. O reconhecimento internacional reforça uma evidência: justiça social exige a presença do Estado.

Para o ministro Wellington Dias, do Desenvolvimento e Assistência Social, a saída do Mapa da Fome representa o cumprimento da missão central do governo. “É o Brasil vencendo. A redução da miséria para menos de 4,4%, o menor índice da história, mostra que políticas públicas bem aplicadas mudam destinos.”

A superação da insegurança alimentar, além de restaurar a dignidade de milhões, reafirma a centralidade da política pública. O combate à fome não é retórica, é resultado. E quando o povo volta a comer, o Brasil volta a ser país.



“Sou o homem mais feliz do mundo”, diz Lula ao celebrar saída do Mapa da Fome com a FAO

Em conversa com o diretor-geral da FAO, presidente celebra saída do Brasil do Mapa da Fome e destaca papel do país como referência internacional

Redação Focus Brasil

Durante ligação telefônica com o diretor-geral da FAO, Qu Dongyu, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva celebrou a saída do Brasil do Mapa da Fome, anunciada oficialmente pela ONU no último dia 28 de julho. A conversa foi transmitida

pelos redes sociais e marcou um momento simbólico do governo federal diante da principal promessa de campanha cumprida com dois anos de antecedência.

“Hoje sou o homem mais feliz do mundo. Prometo ser um soldado mundial no combate à pobreza e à fome”, afirmou Lula ao dirigente da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura.

O chefe de Estado brasileiro

também lembrou que, embora os dados usados pela FAO incluam o ano de 2022, considerado um dos piores da história recente em relação à insegurança alimentar, os resultados do seu governo deverão melhorar ainda mais os indicadores futuros: “Podem ter certeza de que, no próximo relatório, os dados estarão muito melhores.”

A média trienal utilizada no relatório da FAO (2022-2024) mostra que menos de 2,5% da popu-

Lula reafirma compromisso global: “Prometo ser um soldado no combate à fome”

lação brasileira está em situação de subnutrição, critério que retira oficialmente o país do Mapa da Fome.

Com a medida, o Brasil volta a figurar entre as nações que garantem segurança alimentar à imensa maioria de sua população. Segundo Lula, a conquista reafirma o papel do Brasil como referência internacional: “Quando a ONU toma uma decisão dessas, significa que outros países podem acreditar que é possível acabar com a fome.”

Presidente celebra conquista e reforça papel internacional do Brasil

A confirmação da retirada do Brasil do Mapa da Fome foi celebrada pessoalmente por Lula em uma ligação com o diretor-geral da FAO, Qu Dongyu. A conversa, transmitida pelas redes sociais do presidente, ocorreu na manhã do anúncio e evidenciou a dimensão simbólica e diplomática da conquista. “Hoje sou o homem mais feliz do mundo”, afirmou Lula, agradecendo o reconhecimento internacional pelo esforço conjunto de seu governo. Ao fim da ligação, o presidente reiterou o papel do país como referência no combate à fome e se comprometeu: “Prometo ser um soldado mundial na luta contra a pobreza e a fome”.

Segundo informações do Palácio do Planalto, a conversa também reforçou a importância de ampliar a cooperação internacional e o papel da FAO no apoio às políticas de segurança alimentar em países do Sul Global. Lula destacou ainda que os números de 2022, ano marcado pelo agravamento da crise alimentar no Brasil, foram herdados de um período de desmonte e que os próximos dados, exclusivamente sob sua gestão, “estarão muito melhores”.

Com informações do Palácio do Planalto





Governo acelera ressarcimento a vítimas de descontos indevidos no INSS

Ações articuladas entre INSS, AGU, STF e MPF garantem retorno de valores não autorizados a milhões de beneficiários da Previdência

Henrique Nunes

Após anos de reclamações e denúncias de beneficiários da Previdência Social, o governo federal iniciou um amplo processo de ressarcimento a aposentados e pensionistas que foram vítimas de descontos indevidos em seus contracheques do INSS.

Os débitos, frequentemente relacionados a contribuições associativas não autorizadas, atingiram milhões de pessoas, sobretudo idosos e cidadãos em situação de vulnerabilidade em todo o país.

A resposta do governo vem na esteira de uma mobilização jurídica e institucional inédita, envolvendo o Instituto Nacional do

Seguro Social (INSS), a Advocacia-Geral da União (AGU), o Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outras entidades. O objetivo é garantir que os valores descontados sem consentimento explícito sejam devolvidos de forma rápida, desburocratizada e com correção monetária.

De acordo com o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, o cronograma prevê que todos os ressarcimentos sejam realizados até o fim deste ano. “Até 31 de dezembro todo mundo que foi lesado será ressarcido”, afirmou, acrescentando que o Tesouro Nacional pode antecipar os recursos antes mesmo da conclusão da venda de bens bloqueados judicialmente.

Ressarcimento

Firmado no âmbito da ADPF 1236, o acordo estabelece um modelo de ressarcimento administrativo, dispensando a necessidade de ações judiciais. Os beneficiários lesados podem, desde o dia 11 de julho, aderir ao processo de forma gratuita, por meio do aplicativo Meu INSS ou presencialmente nas agências dos Correios. O pagamento dos primeiros lotes começou no dia 24 de julho, diretamente nas contas onde os benefícios são recebidos, com valores corrigidos pelo IPCA.

Além de reparar os danos financeiros causados ao longo de cinco anos, o governo busca enfrentar uma lógica de desinformação e abuso de confiança consolidada por convênios entre o INSS e entidades privadas. Em muitos casos, os beneficiários não

tenham ciência das autorizações dadas, muitas vezes obtidas por meio de abordagens enganosas ou contratos com pouca transparência.

Parceria com os Correios

Para ampliar o alcance da medida e atender quem está fora do mundo digital, o Ministério da Previdência firmou parceria com os Correios. O ministro Wolney Queiroz destacou que a prioridade do governo é garantir rapidez e segurança jurídica no processo: “Estamos trabalhando com agilidade, e os Correios cumprem um papel fundamental nesse atendimento presencial a quem não tem acesso digital”, afirmou.

Agora, com uma campanha nacional de notificação e orientação, o Estado tenta garantir que ninguém fique de fora. Mais de um milhão de mensagens já foram enviadas via WhatsApp alertando aposentados sobre seus direitos ao ressarcimento.

O cronograma prevê que todos os pagamentos sejam concluídos até 31 de dezembro de 2025.

Como funciona na prática

O beneficiário acessa o extrato no aplicativo Meu INSS para identificar descontos indevidos. A contestação dos débitos pode ser feita pelo próprio app, pela Central 135 ou presencialmente nas agências dos Correios. A entidade tem até 15 dias úteis para apresentar justificativa ou devolver os valores ao Tesouro Nacional. Caso não haja resposta, o beneficiário pode aderir ao acordo.

Após a adesão, o valor é depositado automaticamente na conta do benefício, com correção pelo IPCA. Se houver contestação por parte da entidade e o beneficiário discordar, ele pode recorrer à Justiça, com apoio das defensorias públicas.

Principais pontos do acordo

Abertura de adesão ao acordo administrativo

Desde 11 de julho, aposentados e pensionistas que formalizaram contestação sobre descontos indevidos e não obtiveram resposta das entidades responsáveis podem aderir ao acordo de conciliação com o governo, sem recorrer à Justiça.

Início dos pagamentos

O ressarcimento começou em 24 de julho, com depósitos feitos diretamente nas contas bancárias onde os benefícios são pagos. Quem aderiu primeiro será o primeiro a receber, com correção pelo IPCA.

Prazos para adesão e ressarcimento

A adesão pode ser feita pelo aplicativo Meu INSS ou presencialmente nos Correios, sem custo ou exigência de documentos. O prazo para contestar descontos vai até pelo menos 14 de novembro, mas a adesão seguirá aberta após essa data. A previsão do INSS é concluir todos os pagamentos até 31 de dezembro de 2025.

Notificação e inclusão digital

Desde 25 de julho, o governo iniciou o envio de mensagens via WhatsApp para mais de 1 milhão

de beneficiários, com orientações para quem ainda não aderiu ao acordo.

Origem dos recursos e segurança jurídica

Já estão disponíveis R\$ 1 bilhão provenientes de bloqueios judiciais contra entidades envolvidas. Outros R\$ 2,5 bilhões estão em análise. O acordo foi homologado pelo STF no âmbito da ADPF 1236 e envolve INSS, AGU, MPF, DPU e OAB.

Inclusão social e atuação do MPF

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF) recomendou medidas específicas para públicos vulneráveis, como indígenas, quilombolas, idosos analfabetos e aposentados rurais. Entre as sugestões, estão um rito simplificado e prazo de até 30 dias para reembolso após confirmação da irregularidade.

Panorama em números

Mais de 9 milhões de beneficiários foram notificados sobre possíveis descontos ocorridos entre março de 2020 e março de 2025. Os valores descontados nesse período somam até R\$ 5,9 bilhões, considerando autorizações. O prejuízo médio dos descontos não autorizados é estimado em R\$ 48 mensais por pessoa.



Lula veta redução de pena para lavagem de dinheiro e reforça combate ao crime

Presidente mantém pena mínima de três anos e sustenta agenda de fortalecimento da PF, combate ao crime organizado e inteligência nas fronteiras

Henrique Nunes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou, nesta segunda-feira (28), o trecho do projeto de lei aprovado pelo Congresso que previa a redução da pena mínima para os crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens, direitos ou valores. O veto ainda será analisado pelo Congresso Nacional, que pode mantê-lo ou derrubá-lo em votação conjunta de deputados e senadores.

A legislação atual prevê pena de três a dez anos de reclusão para esses delitos. O dispositivo vetado

propunha baixar a pena mínima para dois anos, o que, na prática, abriria caminho para penas alternativas, como a prestação de serviços à comunidade ou o cumprimento em regime aberto.

Na justificativa publicada no Diário Oficial da União (DOU), o governo afirmou que a mudança “poderia enfraquecer o combate à criminalidade financeira e comprometer compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de lavagem de ativos”. O veto teve parecer favorável dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Fazenda e das Relações Exteriores.

Fortalecimento das polícias e investimentos

em inteligência

A decisão de Lula reforça uma linha de ação já em curso na política de segurança pública do governo federal. Desde o início da atual gestão, o Palácio do Planalto tem promovido a valorização da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, com aumento de efetivo, recomposição orçamentária e modernização de equipamentos.

Também houve ampliação dos investimentos em inteligência, no monitoramento de fronteiras e em ações integradas de combate ao crime organizado, especialmente em portos e aeroportos.

A manutenção da pena mínima em três anos assegura que os crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de bens continuem sendo tratados com a devida gravidade, sem acesso a benefícios penais como transações penais ou suspensão condicional do processo.

Subsídios para o debate municipal sobre segurança

A discussão sobre segurança pública também tem mobilizado setores do campo democrático. Em 2024, a Fundação Perseu Abramo (FPA) lançou a cartilha *Em cada canto, um Brasil mais seguro* – Contribuições para o plano de segurança das cidades. A publicação é fruto do trabalho coletivo do Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas (NAPP) de Segurança Pública da FPA e oferece subsídios para a formulação de Planos Municipais de Segurança Pública.

Mais do que diagnosticar as causas da violência, o material apresenta propostas e caminhos para enfrentar o problema de forma integrada, destacando a importância da articulação entre diferentes esferas do poder público, com foco na prevenção, no cuidado com a juventude e na proteção dos territórios mais vulneráveis.



Presença de estudantes negros nas universidades públicas saltou de 31,5% para 52,4% entre 2001 e 2021, aponta estudo apresentado no livro “O impacto das Cotas” (Ed. Autêntica)

“As cotas mudaram o Brasil universitário”, afirma socióloga; estudo aponta que negros e pobres já são maioria nas universidades públicas

Organizado por Márcia Lima e Luiz Augusto Campos, O Impacto das Cotas traz dados inéditos sobre inclusão e permanência no ensino superior

Rose Silva

As ações afirmativas modificaram radicalmente o perfil das universidades públicas brasileiras nas últimas duas décadas. É o que revela o livro *O Impacto das Cotas: Duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro*, organizado pelos sociólogos Luiz Augusto Campos e Márcia Lima e publicado pela editora Autêntica, na coleção *Cultura Negra e Identidades*.

A obra mostra que, entre 2001 e 2021, a presença de estudantes pretos, pardos e indígenas nas universidades públicas saltou de 31,5% para 52,4%. Já os alunos das classes D e E passaram de 20% para 52% dos matriculados no mesmo período, evidenciando

também a dimensão econômica da mudança.

Segundo Márcia Lima, que foi secretária de Políticas de Ações Afirmativas do Ministério da Igualdade Racial, o estudo foi pensado para responder a perguntas fundamentais: negros e pobres estão de fato ingressando nas universidades públicas? Eles conseguem se formar? Seu desempenho é diferente do de estudantes não cotistas?

“A conclusão da investigação é que, por tratar-se de uma lei voltada a pessoas oriundas das escolas públicas, os mais pobres estão, sim, entrando na academia. Isso muda tudo. A universidade pública deixou de ser patrimônio da elite branca brasileira e hoje realmente se justifica o investimento público na educação superior”, afirma.

O estudo reúne textos assina-

dos por cerca de 40 especialistas de diferentes regiões do país e formações acadêmicas. As análises são resultado de um consórcio nacional de pesquisadores da Uerj, UFRJ, UnB, UFBA, Unicamp, UFMG e UFSC, sob a coordenação do Afro Cebrap e do Gemaa/Iesp-Uerj.

Desempenho acadêmico derruba preconceitos

Um dos principais mitos enfrentados pelas políticas de ação afirmativa diz respeito ao desempenho dos cotistas. O levantamento mostra que, embora ingressem com notas ligeiramente menores no Enem, essa diferença desaparece ao longo do curso. Em instituições como UFSC, UFMG e UFRJ, a performance acadêmica, medida por notas semestrais globais, revela níveis equivalentes



Pesquisadora do Afro Cebrap e ex-secretária de Ações Afirmativas, Márcia Lima coordena estudo que revela transformação no ensino superior público

entre cotistas e não cotistas.

Outro dado relevante refere-se à evasão: as taxas de desistência são similares entre cotistas e não cotistas. Homens, especialmente homens negros, apresentam maior risco de abandono, independentemente da forma de ingresso. O dado reforça a necessidade de políticas de permanência estudantil mais robustas e articuladas.

O caso do ProUni também foi analisado. Nele, os estudantes precisam ter aproveitamento em ao menos 75% das disciplinas para manter a bolsa. “Os prou-nistas [egressos do programa do MEC ProUni] acabam sendo alunos com notas maiores e menos desistência do que os não beneficiários do programa”, aponta a socióloga Márcia Lima.

Para a pesquisadora, a diversidade é benéfica não apenas para a inclusão, mas para a própria ciência.

“Muitos estudos atestam que o conhecimento produzido com diversidade abre perspectivas. Quando você forma um cientista, um professor, um engenheiro, essa pessoa será melhor profissional se vier de um espaço onde tenha vivido a diversidade.”

Novos desafios e uma nova geração

Professora universitária há três décadas, Lima aponta também transformações geracionais no ensino superior. “Existem mudanças que não estão diretamente ligadas às ações afirmativas, mas sim ao momento. Hoje, damos aula com TikTok, Instagram e inteligência artificial. É uma outra lógica, uma nova forma de relação com o conhecimento.”

Desde 2023, a nova Lei 14.723/23, que atualiza a Lei de Cotas, está em vigor. A reformulação reduziu o limite de renda

para acesso às reservas de vagas e incluiu estudantes quilombolas entre os beneficiários.

A pesquisadora participou da redação do novo texto legal e avalia que ele respondeu às críticas feitas à versão anterior. “Reduzimos o corte de um salário e meio para um salário mínimo per capita, o que amplia o alcance da política. Outro avanço é que, se o candidato cotista tem nota para a ampla concorrência, ele entra por essa via, liberando a vaga para outro cotista.”

Apesar dos avanços, a permanência ainda é o principal desafio. “O governo Lula recuperou bastante o investimento em programas de permanência e assistência estudantil, mas a gente sabe que os valores e as bolsas ainda são insuficientes”, pondera.

Para Márcia Lima, outro ponto essencial é entender como a presença de novos públicos impacta a docência. “Saber como meus colegas olham, entendem e dão sentido a essa mudança em sua própria carreira docente é fundamental. Porque o preconceito racial dentro da sala de aula, as cotas não resolvem”.



O impacto das Cotas - Duas décadas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2025)

Org.: Luiz Antonio Campos e Márcia Lima

272 páginas

Ed. Autêntica - Coleção Cultura Negra e Identidades



Lula sanciona lei que devolve impostos a pequenos exportadores

Nova legislação cria mecanismo automático de restituição do PIS/ Cofins para empresas que exportam até R\$ 4,8 milhões por ano

Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta segunda-feira (29) a lei que institui o Programa de Reembolso de Valores Tributários para Incentivo à Exportação por Micro e Pequenas Empresas. A medida visa a devolução automática dos valores pagos de PIS e Cofins incidentes sobre insumos usados na produção de bens exportados por empresas com receita anual de até R\$ 4,8 milhões.

A proposta havia sido aprovada pelo Congresso Nacional no início do mês e foi sancionada sem vetos. De acordo com o governo, o programa beneficiará cerca de

140 mil micro e pequenas empresas que já atuam no mercado internacional, mas enfrentam dificuldades para recuperar créditos tributários acumulados em suas operações de exportação.

O reembolso será feito de forma simplificada e automática, por meio de sistema da Receita Federal, com base nas informações prestadas pelas empresas no momento da exportação. Para isso, o governo estima um impacto fiscal de R\$ 2,7 bilhões por ano, valor que já está previsto no orçamento de 2025.

Durante a cerimônia de sanção, realizada no Palácio do Planalto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a medida representa uma “reparação histórica” e destacou a importância das exportações de mi-

croempresas para a diversificação da pauta comercial brasileira. “É uma questão de justiça tributária. Essas empresas estavam sendo penalizadas por um sistema que não devolvia o que era de direito”, disse o ministro.

A nova legislação também prevê que, no futuro, o mecanismo de devolução possa ser estendido a outros tributos e modalidades de exportação, desde que haja regulamentação complementar. Segundo Haddad, a intenção do governo é fortalecer o ambiente de negócios para os pequenos exportadores, estimulando a competitividade internacional.

Com a sanção presidencial, a lei entra em vigor imediatamente, mas o programa começará a operar de forma efetiva após a regulamentação da Receita Federal, prevista para os próximos meses.



Interrogatórios no STF revelam contradições entre militares e civis acusados de planejar golpe de Estado

STF encerra interrogatórios sobre trama golpista com destaque para grupo Kid Preto

Com o encerramento dos interrogatórios no STF, grupo Kid Preto opta pelo silêncio e militares apresentam versões contraditórias; silêncio do Exército e uso de farda durante audiências também geram tensão

Guto Alves

O julgamento da trama golpista no Supremo Tribunal Federal (STF) teve um dos momentos mais simbólicos nesta segunda-feira (29), com o interrogatório de integrantes do grupo autodenominado Kid Preto.

Apontados como parte do núcleo civil da tentativa de golpe de Estado, eles optaram pelo silêncio ou deram respostas evasivas sobre os encontros com Jair Bol-

sonaro no Palácio da Alvorada e sobre o conteúdo dos documentos apreendidos. Com isso, o STF concluiu as oitavas de 31 réus, entre civis, militares da ativa, generais da reserva e ex-assessores presidenciais.

As oitavas fazem parte do processo decorrente da operação Tempus Veritatis, que investiga articulações golpistas após a derrota eleitoral de Bolsonaro em 2022. Durante as audiências por videoconferência, ministros, procuradores e advogados ouviram relatos marcados por omissões, contradições e tentativas de minimizar os fatos.

Silêncio e versões desencontradas

Muitos dos réus preferiram o silêncio ou negaram envolvimento direto. O influenciador conhecido como Kid Preto não respondeu às perguntas da Procuradoria-Geral da República. Um coronel do Exército descreveu os encontros entre os kids pretos como “reuniões entre amigos”. Já um general da reserva disse ter ouvido apenas um “monólogo” de Bolsonaro, sem qualquer articulação.

Outro interrogado declarou que o plano golpista era apenas “um cenário de inteligência militar”. A postura dos réus evidencia a tentativa de desvincular os encontros e documentos apreendidos de uma estratégia concreta de ruptura institucional, mesmo diante das provas reunidas.

Moraes repreende uso de farda e silêncio do Exército é citado

Em um dos episódios mais tensos, o ministro Alexandre de Moraes deu dez minutos a um militar da ativa para retirar a farda antes de prestar depoimento, afirmando que não cabia a militares participarem de audiências judiciais em trajes de serviço. Já em outro depoimento, um réu mencionou o “silêncio ensurdecedor do Exército” diante da permanência de acampamentos ilegais em frente a quartéis pelo país.

Um agente da Polícia Federal, também réu, relatou ter feito a segurança do próprio Moraes em viagens, o que gerou constrangimento durante a sessão. Com isso, os interrogatórios escancararam a fragilidade institucional nos meses que antecederam os atos de 8 de janeiro e reforçaram o papel de integrantes das Forças Armadas na engrenagem da conspiração.

Com informações da Agência Brasil



“Trabalho para que não haja diálogo”: os esforços de Eduardo Bolsonaro contra o Brasil nos EUA

Filho do ex-presidente tenta sabotar agenda diplomática que busca reverter tarifa de Trump contra o Brasil e agrava crise provocada pelo bolsonarismo

Redação Focus Brasil

Enquanto senadores brasileiros cumprem missão oficial para tentar reverter as tarifas impostas por Donald Trump contra produtos nacionais, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) atua abertamente para sabotar as negociações. Em declarações públicas e conversas de bastidor nos Estados Unidos, Eduardo disse estar “trabalhando para que não haja qualquer diálogo” entre os parlamentares brasileiros e autoridades norte-americanas.

A comitiva do Senado, formada por representantes de diferentes partidos, tenta sensibilizar o

Congresso dos EUA sobre os impactos do tarifação de Trump para o comércio bilateral. No entanto, o filho do ex-presidente tenta impedir os encontros diplomáticos e prejudicar a imagem do Brasil no exterior, mesmo diante de uma medida considerada desproporcional e lesiva à indústria nacional.

A atitude do deputado repete a estratégia de isolamento adotada durante o governo Bolsonaro, em que prevalecia o alinhamento automático com figuras da extrema direita americana, em detrimento dos interesses econômicos e diplomáticos do país. Desta vez, a sabotagem ocorre em meio a uma crise comercial que pode afetar milhões de empregos no Brasil.

Missão busca reverter tarifa de 50% imposta por Trump a produtos brasileiros

A delegação de senadores brasileiros viajou aos Estados Unidos para dialogar com parlamentares e representantes do governo norte-americano sobre a sobretaxa de 50% aplicada por Donald Trump a produtos de aço e alumínio do Brasil. A medida, vista como retaliação política, afeta a indústria nacional e já mobiliza entidades empresariais e autoridades brasileiras. Ao agir contra a missão, Eduardo Bolsonaro amplia o desgaste diplomático provocado pelo bolsonarismo no exterior.

Com informações da CNN e Brasil de Fato

200 focus BRASIL

Focus Brasil chega à edição 200 reafirmando compromisso com a informação

Com direção de Alberto Cantalice, publicação da Fundação Perseu Abramo consolida 200 edições com análise crítica, combate à desinformação e cobertura qualificada da política brasileira

Redação Focus Brasil

Chegar à edição 200 é mais que um marco simbólico: é a consolidação de um projeto editorial comprometido com a verdade, a democracia e a justiça social. Dirigida por Alberto Cantalice, diretor de comunicação da Fundação Perseu Abramo, a Focus Brasil se firmou como uma publicação semanal dedicada a oferecer uma leitura de conjuntura crítica e aprofundada, capaz de disputar sentidos e narrativas com a grande imprensa.

Ao longo dessas 200 edições, a revista cobriu os principais acontecimentos do Brasil e do mundo

com olhar atento, linguagem direta e perspectiva política clara. De ministros a ex-ministros, de dirigentes partidários a pesquisadores, de artistas a lideranças populares, Focus Brasil entrevistou vozes plurais para pensar o país que queremos. No total, realizamos 175 entrevistas centrais, e a elas somam-se vozes ouvidas para as reportagens e especiais produzidos pela redação.

Com reportagens, artigos analíticos, entrevistas, cobertura internacional, análise de pesquisas e balanços de governo, a revista tem se destacado também pelo combate sistemático à desinformação, marca dos tempos em que a mentira se tornou ferramenta de manipulação política.

Nestes quatro anos de circu-

lação ininterrupta, Focus Brasil reafirmou o papel essencial da Fundação Perseu Abramo como polo de produção de conhecimento e difusão de informação comprometida com a transformação social, além de ter sido a própria Fundação Perseu Abramo, em quase todos os números, fonte de produção e subsídios para especiais, análises e divulgação de formação e criação de políticas públicas.

Nesta sexta-feira, lançaremos um número especial em PDF, reunindo entrevistas, reportagens e análises que marcaram esse percurso. Uma edição comemorativa para celebrar a continuidade de uma trajetória construída com seriedade, esforço coletivo e dedicação à luta pela democratização do acesso à informação.



Reprodução

Debate reúne especialistas e dirigentes do PT para discutir chacinas e política de drogas

Primeiro encontro do ciclo que resultará no livro *Chacinas e Política de Drogas* reuniu especialistas, ativistas e dirigentes do PT em debate promovido pela Fundação Perseu Abramo

Redação FPA

O projeto Reconexão Periféricas, da Fundação Perseu Abramo, realizou no dia 28 de julho o primeiro de três encontros voltados à discussão dos impactos das chacinas e suas relações com a política de drogas no Brasil.

O ciclo tem como objetivo reunir especialistas, ativistas, advogados e pesquisadores para construir coletivamente os eixos temáticos que irão compor o livro *Chacinas e Política de Drogas*, quarto e último título da coleção baseada na pesquisa *Chacinas e a Politização das Mortes no Brasil: Casos emblemáticos*.

As discussões serão registradas por meio de gravações, que servirão de base para a produção

dos capítulos da publicação. O próximo encontro está programado para o dia 28 de agosto.

Os três primeiros volumes da coleção, *Chacinas e conflitos agrários: os casos de Pau D'Arco e do Quilombo de Iúna*; *Chacinas e Policiamento: os casos de Belém e do Complexo do Salgueiro*; e *Chacinas e feminicídios: os casos de Realengo e Campinas*, estão disponíveis para download no site da Fundação Perseu Abramo.



Ligiana Costa e as vozes que o tempo tentou calar

Cantora, compositora e musicóloga, Ligiana Costa estreia como diretora no prestigiado Théâtre du Châtelet, em Paris, com um espetáculo que resgata trajetórias apagadas de mulheres negras na música brasileira

Fernanda Otero

Artista de múltiplas linguagens, Ligiana Costa transita com fluidez entre o canto barroco, a música popular, a pesquisa acadêmica e a dramaturgia contemporânea. Sua estreia como diretora no Théâtre du Châtelet, em Paris, um dos palcos líricos mais prestigiados do mun-

do, marca não apenas um novo momento de sua carreira, mas também um gesto político e poético: dar voz a duas cantoras negras brasileiras que a história tentou calar.

Mais do que um concerto, trata-se de uma homenagem poético-documental a duas cantoras líricas negras brasileiras cuja trajetória foi silenciada pela história: Joaquina Maria da Conceição Lapinha, do século XVIII, e Maria D'Apparecida, falecida em 2017.

A obra integra a programação oficial do Ano do Brasil na França e é uma coprodução entre os dois países.

Na direção de Marias do Brasil, Ligiana Costa assina também a dramaturgia, em parceria com Sofia Boito. Cantora, compositora, musicóloga e autora premiada, Ligiana possui formação em canto lírico e doutorado em ópera veneziana do século XVII.

Sua trajetória híbrida cruza ecoestética (buscando criar am-

bientes de aprendizagem que promovam a sensibilidade, a conexão com a natureza e a responsabilidade socioambiental), decolonialidade, teatro e pensamento crítico. Já passou por instituições como o Conservatório Real de Haia e a Juilliard School (prestigiada escola de música, dança e dramaturgia de Nova Iorque), e é autora de “Córrego” (Flaiano/Itália, 2018), obra de musicologia com a qual venceu prêmio internacional. Ao recebê-lo, fez história ao erguer um xale com a faixa “Free Lula”, gesto que repercutiu em diversos países.

“São duas mulheres, duas brasileiras, duas negras, com realidades curiosamente muito parecidas, mas em séculos muito distintos”, explica a diretora.

O desafio foi criar uma dramaturgia que cruzasse suas histórias, não como representação biográfica, mas como ressonância artística. O espetáculo é protagonizado por dois grandes nomes da cena lírica brasileira: Bruno de Sá, soprano, e Luanda Siqueira, soprano radicada em Paris.

Silêncios reconstruídos por um repertório que atravessa séculos

Maria D’Apparecida, nascida no Rio de Janeiro, foi a primeira mulher afro-brasileira a interpretar Carmen, de Bizet, na França. Faleceu em Paris, em 2017, e permaneceu dois meses no IML, sem que seu corpo fosse reclamado, episódio que trouxe à tona sua história esquecida. Já Joaquina Lapinha brilhou em Portugal e foi descrita pela Gazeta de Lisboa como uma artista de “voz de grande extensão e extrema agilidade.

Embora tenha alcançado notoriedade no século XVIII, nunca teve seu rosto retratado, o que, para Ligiana, é símbolo do apagamento racial e histórico dessas vozes.

Na dramaturgia, as duas trajetórias são entrelaçadas por narração da atriz Camila Pitanga e por um repertório que percorre séculos da música brasileira. A trilha inclui desde composições barrocas até modinhas e peças contemporâneas, entre elas obras de José

Maurício, Villa-Lobos, Waldemar Henrique e Alberto Nepomuceño. A proposta não é reencenar as cantoras, mas celebrar o que representaram e o que reverberam.

“Este espetáculo nasce da ausência: da Lapinha, que nunca teve imagem; e da D’Apparecida, que foi esquecida mesmo em vida. Trabalhar com essas lacunas é também uma forma de reconstruir a nossa história”, afirma Ligiana.

Leia abaixo trechos da entrevista de Ligiana Costa à Revista Focus para este perfil. A entrevista completa está disponível no YouTube.

- Ligiana, falando sobre esse concerto poético documental que você dirigiu, Marias do Brasil, que estreou em Paris, esse foi um projeto que aconteceu para participar do Ano do Brasil na França? Como foi a recepção do público?

- Este concerto faz parte do Ano do Brasil na França, inclusive, ele foi organizado, digamos assim, com a produção da própria Embaixada Brasileira. E eu



Juan Diego Castillo/Teatro Mayor Julio Mario Santo Domingo

fiquei muito feliz, porque, na realidade, esse concerto partiu de uma ideia de um brasileiro que mora em Portugal há muitos anos, o Ricardo Bernardes, que tem uma orquestra dedicada ao repertório brasileiro do século XVIII, chamada América Antiga, e a ideia dele era fazer, no Teatro Châtelet - que é um dos teatros mais importantes do mundo - um fim de semana dedicado à música brasileira, um concerto em homenagem à memória de duas grandes cantoras líricas negras brasileiras. Uma delas é a Joaquina Lapinha, nossa primeira grande diva do Brasil, que viveu no século XVIII, e a outra é a Maria D'Apparecida, uma cantora carioca negra também, que faleceu em 2017. Ou seja, duas cantoras com realidades curiosamente muito parecidas - afinal, duas mulheres, duas brasileiras, duas negras - mas em séculos completamente distintos. O desafio foi exatamente criar essa dramaturgia entre as duas figuras e montar esse espetáculo que acabamos de estrear. Agora a esperança é que ele circule tanto pela Europa quanto pelo Brasil - esse é o plano. Contamos com dois grandes cantores brasileiros: o Bruno de Sá, para quem eu criei meu primeiro espetáculo como diretora no ano passado, o "O Grão da Voz", e a maravilhosa Luanda Siqueira, uma cantora carioca negra que mora em Paris há muitos anos. A recepção foi absolutamente impressionante, sem falsa modéstia, fomos ovacionados no Châtelet, um teatro conhecido por seu público exigente. Sabemos que na França raramente se vê plateias se levantando para aplaudir de imediato, mas tivemos uma acolhida entusiasmada e profundamente emocionada. Trazer à tona a história dessas duas artistas negras brasileiras - cada uma apagada pelo tempo à sua maneira, cada uma silenciada pelo contexto histórico em que



Juan Diego Castillo/Teatro Mayor Julio Mario Santo Domingo



Juan Diego Castillo/Teatro Mayor Julio Mario Santo Domingo

viveu - em um templo da ópera como o Châtelet, foi uma experiência de tirar o fôlego. Trabalhamos com músicas separadas por séculos, unidas pela dramaturgia narrada pela voz poderosa da Camila Pitanga, um verdadeiro luxo ter seu talento conosco. Estou feliz por estreiar nesse lugar de diretora criadora, não exatamente de óperas tradicionais, mas de espetáculos líricos que exigem casas de ópera (com orquestra, com uma abordagem vocal distinta da música popular). É um território novo, híbrido, e parece estar ressoando de forma muito especial.

- E o roteiro é seu também, né?

- O roteiro e a dramaturgia surgiram a partir do trabalho fundamental do maestro Ricardo Bernardes - um musicólogo excepcional que tem resgatado esse repertório brasileiro, especialmente do século XVIII. Mas é importante destacar que tive o privilégio de contar com a colaboração das duas maiores especialistas na vida dessas cantoras: Rosana Orsini Brecha, pesquisadora brasileira radicada na Espanha, que se dedica a estudar a Lapinha e outras cantoras líricas negras do século XVIII, e sim, havia várias, algo que muitos desconhecem; e Mazé Chotil, jornalista brasileira residente na França há décadas, que foi a primeira a investigar, quase de forma militante, a vida de Maria D'Apparecida. Quando Maria faleceu em 2017, seu corpo ficou dois meses no IML. É uma história que parece saída de uma ópera trágica - o completo abandono no momento final, sem família, sem alguém que a reclamasse. Essa dimensão de esquecimento, ainda em vida e após a morte, foi crucial para nossa abordagem dramática. Isso também é, obviamente, síndrome ou sintoma, talvez, do próprio racismo, pois era filha de uma empregada doméstica, adotada, mas não formalmente,

por uma família branca. Essa informalidade na adoção significou que, legalmente, ela não tinha familiares que pudessem reclamar seu corpo, isso despertou a comoção no meio lírico brasileiro e fez com que sua história viesse à tona. Foi na morte que sua vida ganhou visibilidade. A Mazé Chotil, que hoje se dedica a reconstruir sua biografia, tomou conhecimento dela justamente por conta desse episódio doloroso.

Ligiana Costa estreia como diretora no Châtelet, em Paris, unindo música, memória, crítica e inovação artística

- Por que a decisão de escolher um soprano para fazer esse repertório? Você recebeu alguma crítica nesse sentido?

- Em primeiro lugar, este não é um concerto, nem um espetáculo biográfico, os dois cantores não estão interpretando as personagens Joaquina Lapinha e Maria D'Apparecida. Este é um concerto de dois grandes artistas brasileiros que têm relevância. Bruno de Sá talvez seja o maior nome lírico brasileiro da atualidade,

ele acabou de fazer história como primeiro brasileiro a se apresentar no concerto do 14 de Julho em Paris, cantando Bachianas na Torre Eiffel, aliás, era para essa notícia estar no Fantástico, e não sei como é que não estava. Ter o Bruno neste projeto foi um privilégio - ele estava com a agenda sobrecarregada, mas topou participar. E temos também a extraordinária Luanda Siqueira. São dois artistas brasileiros não-brancos celebrando a existência dessas mulheres, mas sem encarná-las. Não há aqui reconstrução histórica ou dramatização biográfica. São vozes contemporâneas dialogando com esse legado. E isso é fundamental: são artistas de relevância internacional sendo eles mesmos, trazendo sua própria identidade artística para esse tributo. Não se trata de representação, mas de ressonância e essa distinção é essencial para entender a proposta do espetáculo. Este espetáculo nasce da ausência do rosto desaparecido da Lapinha. Enquanto outras cantoras dos séculos XVII e XVIII foram retratadas em pinturas e retratos, ela nunca foi imortalizada em imagem. Para nós que pesquisamos a história da música brasileira, essa omissão é gritante - e, na minha opinião, gritantemente racista. Já no caso de Maria da D'Apparecida, conhecemos seu rosto belíssimo, mas seu apagamento se deu por outro viés: o esquecimento puro e simples. A imagem de divulgação é uma criação do artista brasileiro Rodrigo Bueno, parte da exposição que virou livro, Enciclopédia Negra, um projeto fundamental que resgata personalidades negras brasileiras históricas cujos rostos se perderam no tempo. Artistas contemporâneos foram convidados a imaginar e recriar essas figuras através de pinturas, esculturas e outras formas de representação. E aqui está o paradoxo mais cruel: mesmo nesta exposição dedicada



a resgatar vidas negras apagadas, a Lapinha foi mencionada, mas não retratada. Foi excluída mais uma vez. Quando descobri isso, foi um choque. Nossa dramaturgia, que eu e a Sofia escrevemos, vai muito por esse lugar, um lugar que é um pouco da pesquisa e da própria imaginação.

- A revista Concerto fez uma crítica sobre o trabalho, e tem uma passagem que diz que as vozes “foram reconhecidas em vida, não sobreviveram ao tempo e não as preveniram que fossem apagadas da história”. A que você atribui esse desconhecimento e essa postura dos grandes corpos musicais brasileiros de não explorarem esses autores, de não trazerem compositores daquele período, explorando nomes como o Emérico Lobo de Mesquita, por exemplo. Por que você acha que a gente não consegue quebrar essa barreira de que a música clássica tem que ser sempre a música europeia branca?

- Você mesma falou, acho que temos um pouco dessa síndrome de vira-lata... Mas veja, há vários motivos. Primeiro, não é sempre que essa música é boa simplesmente porque é nossa, porque é maravilhosa por si só. Pra mim, uma das grandes qualidades deste trabalho é justamente conseguir misturar repertórios distintos, desde o barroco brasileiro de

José Maurício (que, cá entre nós, confesso ter certa dificuldade em apreciar plenamente) até os compositores com quem me identifico mais Villa-Lobos, Alberto Nepomuceno, Waldemar Henrique, com os quais me sinto mais próxima, em termos de criação, de sonoridade. Esse tipo de espetáculo, exatamente a qualidade que ele tem, é que conseguimos misturar uma modinha com o repertório mais contemporâneo brasileiro, mais próximo da gente, e aí vai ficando tudo mais gostoso, porque você não fica só em um período, travado, é um vai e vem, que é também a beleza do Brasil. Tem essa coisa de você celebrar o passado, mas sempre comemorando o presente, sabe? Sinceramente, acho que a gente vê uma melhora interessante, de maior perspectiva, mais estudiosos se debruçando sobre esses repertórios todos do Brasil, mais interesse também de quem realiza a pesquisa, de quem faz edições críticas. Porque eu me lembro quando eu comecei a estudar música antiga e que eu começava a frequentar os cursos de música antiga pelo Brasil, que era tudo muito novo, a gente estava se aproximando desse repertório. Eu lembro do Paulo Castanha, das primeiras palestras dele, eu sou super fã dele. Até hoje eu sempre falo para ele que é um dos meus mentores. E eu mesma, se você pensar, eu fui estudar musi-

cologia, mas eu não me dediquei à música brasileira. Minha dedicação é à música europeia do século XVII. Foi o meu caminho. Enfim, eu acho também que é interessante esse vai e vem, entre todas essas possibilidades, mas tem um um pouco de síndrome de vira-lata.

- Você tem uma carreira muito versátil, você é cantora lírica, você fez música eletrônica, você tem samba gravado que você escreveu com seu pai, você fez um projeto de usar a voz como instrumento, enfim. Então, agora o que você está pensando para o próximo período e como foi a experiência de ficar no backstage, de não estar lá na frente do palco?

- Olha, essa é a pergunta que o meu psicanalista tá querendo responder e eu também, há algum tempo. Bom, primeiro que eu acho que a história da cantora, é muito difícil. Meu último trabalho, último no sentido de mais recente, espero que não seja o último da vida, chamado Sá, Um Oratório para a Terra é um trabalho complexo, muito importante para os tempos atuais porque fala sobre o planeta, mas é difícil do ponto de vista da formação: tem um coro no palco, uma dançarina, mais quatro cantores solistas... Não é uma coisa que você monta de qualquer jeito, em qual-

quer lugar. E aí vem a frustração: eu fiz o espetáculo uma vez, num dia só, e nunca mais consegui colocá-lo no palco. Fiz Lei Rouanet, não consegui captar recursos, bati na porta do SESC, mas ninguém comprou. Então tem esse lado meu meio frustrado, como cantora, de perceber que meu trabalho mais recente - que foi um estrondo no único dia que apresentei - não circulou. Porque realmente é um trabalho muito bonito, a melhor coisa que eu já fiz na vida.

Eu tenho feito até a ponte entre o popular e o erudito de uma forma muito interessante, por ser uma artista que está um pouco no meio do caminho entre teatro ou é música, dança ou é música, erudito ou popular, fica tão no meio do caminho que as pessoas não conseguiram encaixar e eu não consegui vender o trabalho. Então, tem um lado meu um pouco frustrado, querendo voltar a estar no palco, com dificuldades de estar no palco. O que tenho dirigido são criações minhas, então acabo assinando como criadora também. E sabe? Nesse sentido, me sinto incrivelmente realizada como artista. Não é uma sensação de falta, pelo contrário! Tenho adorado estar no backstage. Quando vejo o resultado lá do palco, penso: Nossa, isso também sou eu!. Descobri uma forma nova de existir artisticamente. Claro, não quero abandonar as outras facetas como cantora, compositora. Mas encontrei mais uma possibilidade de atuação. Pra ser sincera, não me vejo fazendo outra coisa que não seja arte. Vender imóvel? Cozinhar para encomenda? Minha cabeça não dá, já tenho trabalho suficiente com o que faço. Mas expandir meu território como criadora? Isso sim me deixa feliz da vida.

- E sem que te aborrecer muito, eu queria ouvir o que é que você está pensando, sobre esse

momento que a gente está vivendo no Brasil, qual é a sua expectativa para esse período, porque também essa coisa do complexo de vira lata acaba afetando de alguma forma os artistas, a música, etc. E teve um resgate nos últimos dois anos pra cá, que deve ter afetado também a sua produção, o seu trabalho, a sua vida, de uma forma geral.. Enfim, então, como é que está essa questão pra você, que sempre foi uma artista

Marias do Brasil resgata duas cantoras negras brasileiras silenciadas pela história: Joaquina Lapinha e Maria D'Apparecida

muito vocal quanto e sempre se posicionou.

- Olha, eu vou te falar uma coisa que você vai ficar, talvez, chocada, mas todos os dias, eu ouço algum canal de esquerda no Brasil, eu tenho esse hábito. E é estranho, mas, eu tenho sentido que ouvir essas coisas, pra mim, atualmente, é quase um alívio, porque é quase uma piada perto do que a gente está vendo em relação ao genocídio palestino. Na verdade, é bom que tudo esteja vindo à tona, que a verdadeira face dessas figuras esteja finalmente sendo

revelada para os seus seguidores, e que isso ainda vai trazer mais esgoto à tona e eu quero que ele venha à tona mesmo. Essa situação com o Trump, sinceramente, eu acho que eles deram uma bola fora gigantesca, a família Bolsonaro, porque acabou unindo o Brasil. Mas, repito, pra mim é quase leve ouvir isso, eu fico até quase rindo quando eu ouço as histórias do Eduardo Bolsonaro, é meio Os Trapalhões. Porque a gente está vivendo uma coisa que, pra mim, ultrapassou tanto o que eu esperava do ser humano e da humanidade, mas ultrapassou num tanto, que tem horas que eu não consigo entender como é que a gente está existindo. Eu não consigo compreender como é que tem tanta gente calada. Eu não consigo compreender como é que a gente está aqui conversando sobre música, sim, tudo tem seu lugar de interesse, mas eu tenho muita dificuldade, e esse talvez seja o meu grande ponto de complexidade até humana, que é esse de existir enquanto tudo isso está acontecendo, comer um prato de macarrão, pegar a minha gatinha no colo. Tudo parece que ganha um contorno tão diferente, que eu, sinceramente, não estava preparada pra viver, nessa existência, sabe? Isso é tão, tão pequeno perto do horror, que estamos sendo obrigadas a presenciar e a testemunhar, que vira quase uma blogueira falando de maquiagem na internet. Não estou diminuindo o que a gente viveu, sabemos que somos vítimas. Esses dias eu estava ouvindo o Bolsonaro lá falando, eu estava pensando, meu Deus, quanta gente eu perdi na Covid, que loucura que foi aquilo que a gente viveu, que humilhação, que coisa horrível, a gente não esquece, né? E eu acho que cabe a todos nós não esquecer mesmo, mas eu diria que isso ganha pra mim um novo contorno nos últimos dois anos.

A semana no mundo: da condenação de Uribe a acordos polêmicos entre EUA e União Europeia

Notas internacionais organizadas por Fernanda Otero trazem os principais acontecimentos e controvérsias da política global, da América do Sul à Europa

Organização: Fernanda Otero

A semana foi marcada por um veredito histórico na Colômbia, tensões diplomáticas sobre tarifas comerciais entre os Estados Unidos e a União Europeia, e denúncias de evangelização ilegal na Amazônia brasileira. Os episódios, embora distintos, revelam disputas em torno de soberania, direitos e interesses econômicos em contextos delicados de poder.



Condenação histórica: Álvaro Uribe é considerado culpado por tentar manipular depoimentos sobre vínculos com paramilitares.

Ex-presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, é condenado por suborno e intimidação de testemunhas

O ex-presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, foi considerado culpado pelos crimes de suborno e intimidação de testemunhas, tornando-se o primeiro ex-chefe de Estado colombiano a ser condenado por um crime. Aos 73 anos, Uribe pode enfrentar até 12 anos de prisão.

A decisão foi tomada após quase seis meses de julgamento, nos quais promotores apresentaram

evidências de que Uribe tentou influenciar testemunhas que o acusavam de envolvimento com grupos paramilitares. Segundo a juíza, havia provas suficientes para concluir que Uribe conspirou com um advogado para persuadir três ex-integrantes presos de grupos paramilitares a mudarem seus depoimentos, originalmente prestados ao senador de esquerda Iván Cepeda.

O caso teve início em 2012, quando Uribe processou Cepeda por difamação. Em uma reviravolta, o Supremo Tribunal rejeitou as acusações e, em 2018, abriu investigação contra o ex-presidente.

Uribe não compareceu presencialmente à leitura do veredito, mas participou da audiência por videoconferência, sendo visto balançando a cabeça negativamente enquanto ouvia a sentença. Ele deve recorrer da decisão.



The Guardian revela atuação de grupos evangélicos em áreas indígenas protegidas da Amazônia

Uma investigação conjunta do jornal The Guardian e do O Globo revelou que grupos missionários estão utilizando dispositivos de áudio em territórios protegidos da floresta amazônica para evangelizar povos indígenas isolados, desrespeitando protocolos de proteção.

As imagens divulgadas, obtidas pela FUNAI, mostram aparelhos

movidos a energia solar contendo mensagens bíblicas em português e espanhol. Os dispositivos foram encontrados entre membros do povo Korubo, no Vale do Javari, próximo à fronteira com o Peru.

Pouco antes da pandemia, cidadãos norte-americanos e brasileiros ligados a igrejas evangélicas foram denunciados por supostamente tentarem mapear trilhas e

localizar malocas do povo Korubo com o uso de hidroaviões. O Brasil mantém controle rigoroso sobre o acesso à região justamente para proteger esses povos, que têm baixa imunidade a doenças comuns.

A reportagem reforça que o Brasil é considerado referência internacional na política de respeito à autodeterminação dos povos indígenas isolados.

União Europeia firma acordo tarifário com os EUA sob críticas internas

A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, anunciou no domingo, 27, um acordo comercial com os Estados Unidos após encontro com o ex-presidente Donald Trump. Segundo Von der Leyen, o acordo prevê “tarifas zero por zero para diversos produtos estratégicos” e tem como objetivo promover competição justa e reduzir barreiras comerciais.

Leia a nota oficial

Apesar do anúncio, o tratado precisa ainda da aprovação dos

países-membros da UE e do Parlamento Europeu, o que pode levar semanas. Internamente, o acordo foi duramente criticado por diferentes líderes regionais e analistas.

O primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, declarou em vídeo nas redes sociais que o encontro “não pode ser considerado um acordo” e acusou Von der Leyen de ter sido “totalmente engolida” por Trump. Para ele, o novo tratado é menos vantajoso que o firmado entre a UE e o Reino Unido, em maio.

O primeiro-ministro francês, François Bayrou, também se manifestou, classificando o dia como “nefasto” e demonstrando frustração ao ver a União Europeia, criada como aliança de defesa de valores comuns, se submeter a uma posição de subordinação diante dos Estados Unidos.

Especialistas ouvidos pela Deutsche Welle afirmaram que o acordo é superficial e fragiliza setores estratégicos, como o farmacêutico e o agropecuário, ao abrir margem para concorrência desigual.

25/07/2009

Anunciada a revisão do Tratado de Itaipu

Brasil e Paraguai anunciam a revisão do Tratado de Itaipu, que regulamenta a utilização da energia gerada pela hidrelétrica binacional. De acordo com a revisão, o Brasil passa a pagar duas vezes mais pela energia excedente que compra do Paraguai, com novo desembolso anual de cerca de US\$ 360 milhões. Além disso, acerta-se a construção de uma linha de transmissão ligando Itaipu a Assunção, com extensão de 300 quilômetros e custo aproximado de US\$ 450 bilhões, financiado pelo Brasil.

O Paraguai consumia apenas 5% da metade da produção que

lhe cabia na binacional, e vendia o restante ao Brasil a preço de custo: cerca de US\$ 45 por quilowatt. Desses, cerca de US\$ 42 destinavam-se à amortização da dívida contraída pelo Brasil na década de 1970 — ou seja, pouco mais de US\$ 2 por quilowatt eram repassados ao Estado paraguaio.

A renegociação dos termos do tratado havia sido uma das bandeiras de campanha de Fernando Lugo, que se tornara presidente do Paraguai em 2008.

No Brasil, a decisão foi considerada polêmica. A oposição criticou o aumento dos repasses financeiros ao país vizinho, mas

o governo defendeu a mudança porque permitiria o crescimento da economia paraguaia, impulsionando o crescimento regional e as parcerias com nosso vizinho.

A revisão do Tratado de Itaipu era parte integrante da nova política internacional brasileira, com foco no fortalecimento regional e no paradigma da boa vizinhança. Outros acordos do período foram a nacionalização do gás boliviano, em 2006, e os tratados comerciais firmados com a Argentina, em 2005.

Em maio de 2011, o Senado brasileiro aprovaria a revisão do Tratado de Itaipu, e seus novos termos entrariam em vigor.

30/07/1979

Greves se alastram e peões se revoltam

O tratorista Orocílio Martins Gonçalves é morto a tiros por policiais militares durante manifestação de 10 mil operários da construção civil nas ruas de Belo Horizonte. A greve no setor, que durou três dias, começou e terminou sem direção e sem apoio do sindicato da categoria. A Revolta dos Peões, como ficou conhecida, foi uma das 246 greves deflagradas em todo o país em 1979, estimuladas pelo exemplo dos metalúrgicos do ABC.

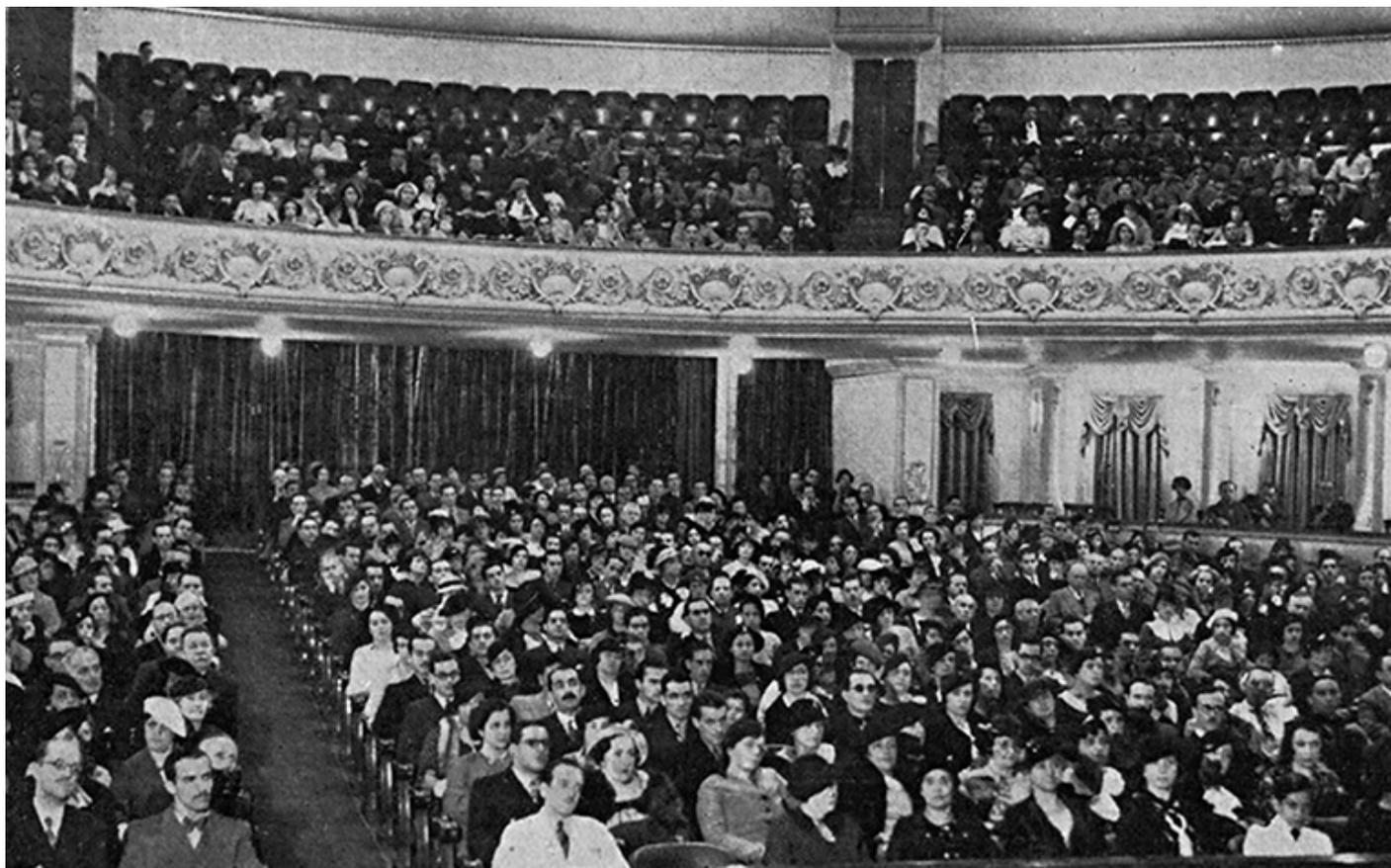
Mais de 3 milhões de trabalhadores brasileiros cruzaram os braços naquele ano. As greves de 1979 foram realizadas por categorias diversas, como bancários de Porto Alegre, Belo Horizonte, Rio e São Paulo, trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco, professores da rede pública

de Minas e do Rio, motoristas e cobradores de ônibus de Belo Horizonte, jornalistas de São Paulo. Algumas greves foram totalmente espontâneas, como a Revolta dos Peões. Outras foram organizadas por comissões de empresas e oposições sindicais, à revelia de dirigentes pelegos, como a dos motoristas de Belo Horizonte, a dos metalúrgicos de São Paulo e Osasco e a da fábrica da Fiat, em Betim (MG).

A repressão foi violenta contra os grevistas. Antes do assassinato de Orocílio, o metalúrgico Guido Leão, da Fiat, morreu atropelado por um carro policial na porta da fábrica. Em 30 de outubro, a PM mataria a tiros Santo Dias da Silva, que organizava um piquete na porta da fábrica de televisores Sylvania, em São Paulo. Em Belo Ho-

rizonte, um caminhão dos bombeiros lançou jatos de água contra professoras primárias. O Ministério do Trabalho cassou dirigentes de 27 sindicatos, entre eles Olívio Dutra, líder dos bancários de Porto Alegre, que foi preso com outros quatro diretores. A explosão de greves nos países demonstrava a insatisfação generalizada com os baixos salários, as condições de trabalho e a estrutura sindical oficial.

A Revolta dos Peões foi a mais clara demonstração da crise social do país naquele período da ditadura. Uma categoria desorganizada, traída por um sindicato pelego, parou a cidade por três dias. Em 1979, tudo o que o governo da “abertura” tinha para responder aos trabalhadores era repressão, violência e intervenção nos sindicatos combativos.



31/07/1935

Distrito Federal funda universidade

Cerimônia de inauguração da Universidade do Distrito Federal lota o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, com a presença de toda a elite educacional brasileira, além do ministro da Educação, Gustavo Capanema, e do prefeito, Pedro Ernesto. A nova instituição tem como objetivo principal “propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular”, e deverá privilegiar a formação de professores, dentro da perspectiva do ensino público, laico e gratuito.

A Universidade era inicialmente composta por cinco escolas — Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia e Instituto de Artes —, e o corpo docente, por muitos dos maiores intelectuais

brasileiros, como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Cecília Meireles, Jaime Coelho, Afonso Arinos de Melo Franco, Anísio Teixeira, Cândido Portinari, Hermes Lima, Lourenço Filho, Lúcio Costa e Mário de Andrade. Também contava com um grupo de professores franceses, como o professor Henri Hauser, da Sorbonne, que indicou professores para a recém-criada Universidade de São Paulo.

Anísio Teixeira, chefe do departamento de Instrução Pública da capital e reitor provisório da instituição, rebateu em seu discurso as críticas da igreja católica, que havia tentado impedir a criação da universidade: “A serviço do presente e do futuro, a Universidade não deseja, entre-

tanto, constranger o porvir dentro de fórmulas apriorísticas ou predeterminadas. Muito ciosa das conquistas feitas de liberdade de pensamento e de crítica, a Universidade não as dispensa para viver. Não terá ela nenhuma ‘verdade’ a dar, a não ser a única verdade possível, que é a de buscá-la eternamente. Fiel, assim, à grande tradição universitária da humanidade, havia de, por certo, desgostar aos que querem diminuir o Brasil até ajustá-lo aos limites de suas ideologias pessoais e de suas pessoais inquietações”.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO *que transforma*

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE
Núcleo de Opinião Pública e Políticas Culturais



Centro de
Documentação e
Pesquisa Política
Sérgio Buarque
de Holanda